

RESOLUÇÃO Nº33/2018 – CONSUP, DE 08 DE DEZEMBRO DE 2018.

**Aprova o Plano de Acessibilidade
da Faculdade de Telêmaco Borba – FATEB.**



PROJETO DE ACESSIBILIDADE, INCLUSÃO E ASSESSORIA PSICOPEDAGÓGICA

1. INTRODUÇÃO

A acessibilidade constituiu-se num direito instrumental, afinal, sem acesso aos equipamentos urbanos, às escolas, aos postos de saúde, aos transportes públicos as pessoas com deficiência não podem exercer, plenamente, a sua cidadania. Não há o exercício da inclusão social sem acessibilidade. Não se pode falar em inclusão social se não há um ambiente acessível.

A instituição de ensino, dentro da sua missão educacional, apresenta à comunidade acadêmica um projeto contendo um plano com propostas de melhorias de Inclusão e Acessibilidade o qual contém informações essenciais para viabilizar a ampla mobilidade de pessoas com deficiência bem como sua inclusão. A finalidade do plano é subsidiar as providências institucionais e as tomadas de decisão para o pleno cumprimento da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, a qual trata da Inclusão da Pessoa com Deficiência e dispõe sobre as condições de igualdade e o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Em respeito ao Art.27 do Capítulo IV da referida lei, que estabelece o direito à educação ao assegurar um sistema educacional inclusivo, a instituição busca construir e manter projetos pedagógicos que institucionalizam o atendimento educacional especializado e serviços adaptados

para atender as características dos estudantes com deficiência e garantir o seu pleno acesso ao currículo em condições de igualdade, promovendo a conquista e o exercício de sua autonomia.

Observa-se que os debates na esfera da Educação Superior evidenciam a necessidade de as IES públicas e privadas formarem cidadãos capazes de realizar transformações sociais por meio de valores com ética, justiça e igualdade. Neste sentido, a instituição preconiza, no seu Plano de Desenvolvimento Institucional, diretrizes que estabelecem ações no âmbito da comunidade acadêmica que visam garantir o exercício da cidadania apoiadas no tripé ensino-pesquisa – extensão. Por meio de temas transversais que perpassam os componentes pedagógicos, o exercício da cidadania acompanha as metas e objetivos institucionais definidos no planejamento estratégico e no desenvolvimento dos projetos pedagógicos dos cursos. O processo de inserção dos temas transversais se dá por meio da introdução do tema nos projetos e avaliações interdisciplinares, nos projetos integradores e nas ações institucionais que privilegiam a acessibilidade, sustentabilidade e empreendedorismo. O tema acessibilidade, em especial, é evidenciado nas práticas de diversos cursos, com destaque para os cursos de engenharia.

No âmbito da acessibilidade, a IES apresenta o plano que acompanha o PDI em vigência, tendo como proposta principal fornecer subsídios para articular os esforços necessários para o exercício da cidadania por meio do aprimoramento contínuo da infraestrutura organizacional para que a IES se mantenha em plenas condições de atender às demandas da sociedade atual. O plano visa também, articular um conjunto de valores que permita que as políticas educacionais favoreçam práticas antidiscriminatórias, promovendo um ambiente de inclusão e respeito às diferenças.

Faz-se necessário esclarecer que o conceito de acessibilidade é apresentado na lei 13.146, de 06 de julho de 2015 como: “possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida”. A mesma lei estabelece o conceito de barreiras como “qualquer entrave”, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

1. Barreiras urbanísticas: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
2. Barreiras arquitetônicas: as existentes nos edifícios públicos e privados;
3. Barreiras nos transportes: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
4. Barreiras nas comunicações e na informação: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
5. Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;
6. Barreiras tecnológicas: as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias.

Neste sentido, a promoção da acessibilidade vai além das dimensões arquitetônicas ou tecnológicas. A acessibilidade deve fazer parte da atitude de toda a comunidade acadêmica, sendo, portanto necessário um conjunto de decisões institucionais que, permitam “adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados, que não acarretem ônus desproporcional e indevido quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades, todos os direitos e liberdades fundamentais”, conforme o inciso VI da referida lei.

Para a instituição, a acessibilidade busca a inclusão educacional, na dimensão do acesso ao ensino superior com objetivo de proporcionar condições de integração e igualdade entre todas as pessoas bem como ao direito do efetivo aprendizado de todos os alunos, respeitando suas diferentes necessidades.

Importantes dispositivos legais, na esfera do ensino brasileiro foram empreendidos para assegurar a acessibilidade na educação: a Lei nº 10.436 de 2002, a qual reconhece a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como uma forma legal de comunicação e expressão e a Portaria nº 2.678 de 2002, que aprovou as diretrizes para o uso, produção e difusão do sistema Braille em todas as modalidades de ensino.

Com isso, fica patente que o Governo visa garantir o direito à Educação, de modo que é essencial para toda e qualquer instituição de ensino, pública e privada, entender que a tarefa de

educar traz importantes considerações quanto a maneira pela qual se transmite os conteúdos e, para além disso, considera também a necessidade de inculcar conteúdos em prol da justiça, cidadania e garantia dos direitos humanos.

2. A ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO NA FATEB

A instituição considera a acessibilidade como princípio fundamental de seu projeto institucional. Neste sentido suas instalações foram concebidas tendo em vista aquilo que preconiza o Decreto Nº 5.296 de 2 de dezembro de 2004, para garantir as condições necessárias de acesso aos espaços físicos, aos serviços educacionais ofertados e em 08 de fevereiro de 2017, por meio da Resolução CONSUP nº 001/2017, foi instituído o Regimento do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão que regulamenta e define o objeto, as finalidades, atribuições, o funcionamento, a composição e periodicidade de reuniões. Conforme o Art. 3º do Regimento compete ao Núcleo de Acessibilidade e Inclusão:

- a) Coordenar e orientar a instituição relativa às questões da acessibilidade;
- b) Garantir o acesso, conforto, aprendizado e circulação de pessoas com deficiência e também sua permanência;
- c) Apresentar e propor soluções adequadas aos superiores, em relação à acessibilidade e inclusão de pessoas com deficiência;
- d) Identificar as necessidades das pessoas com deficiência e sugerir as alterações necessárias no mobiliário e no pedagógico de acordo com a legislação vigente;
- e) Promover e apoiar campanhas educativas e de mobilização, rompendo as barreiras atitudinais;
- f) Elaborar e aplicar fichas de acompanhamento para os alunos ingressantes com deficiência;
- g) Apresentar no início do ano seu plano de trabalho e um cronograma provisório de execução;
- h) Buscar parcerias com órgãos públicos e privados que apoiam a inclusão e a acessibilidade.

2.1. A Acessibilidade nos espaços físicos

A acessibilidade física, estrutural, cultural e atitudinal são peças fundamentais para a permanência dos acadêmicos portadores de Necessidades Educativas Especiais (NEE) na instituição, ou seja, a inclusão acontece quando se aprende com as diferenças e não com as igualdades. Para tanto, a instituição oferece uma estrutura adequada para os portadores de NEE.

1. Vagas específicas para cadeirantes, gestantes e idosos no estacionamento;
2. Instalações físicas adequadas, na matriz e nas unidades localizadas que ofertam ensino à distância em diferentes cidades da região, em condições de atendimento a alunos deficientes e com mobilidade reduzida, com rampas de acesso, espaços adaptados (guichês, sanitários, etc.), pisos táteis, sinalização em braille, biblioteca e laboratórios de informática com software específico para leitura de deficientes visuais, atendimento ao aluno por meio de assessoria pedagógica, corpo docente composto por professor de Libras, inclusão da disciplina de ensino de Libras nos currículos dos cursos na modalidade presencial e à distância;
3. Acesso com rampas para cadeirantes e pessoas com pouca mobilidade à biblioteca, laboratórios didáticos, salas de convenções, salas de aula e espaços de atendimento acadêmico e administrativo;
4. Identificação dos ambientes na instituição com placas em braille;
5. Eliminação das barreiras arquitetônicas, facilitando a circulação, todos os andares dispõem de banheiros adaptados (com barras de apoio nas paredes e pias para o pleno e adequado uso dos cadeirantes).
6. Disponibilidade de serviços de tradutor e intérprete de Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS na instituição;
7. Hand Talk: no site da instituição é disponibilizado o Hand Talk, um software para traduções em língua de sinais;
8. Plungin de acessibilidade: disponibilizado no site um painel com recursos adicionais de acessibilidade, para aumentar e diminuir fonte, exibir links, deixar a fonte legível, alterar contrastes;
9. Block accessibility: encontra-se disponível no Ambiente Virtual de Aprendizagem Portal (AVA) um bloco de acessibilidade para aumentar ou diminuir a fonte e alterar o contraste da página;
10. NVDA: o programa NVDA é uma plataforma de código aberto de leitura de tela para sistema operacional que auxilia pessoas com deficiências visuais descrevendo os itens na tela do

computador por meio de áudio descrição; esse programa está instalado nas dependências do laboratório de informática, biblioteca e nos computadores onde o teclado é adaptado em braile.

2.2. A Acessibilidade Pedagógica

Sabe-se que inclusão social é um processo que contribui para a construção de um novo tipo de sociedade. E no âmbito educacional, a inclusão exige que haja mudança de paradigmas para atender os acadêmicos. Diante disso a instituição contratou intérpretes de libras para compor a equipe pedagógica. Esses profissionais, acompanharão os acadêmicos com deficiência auditiva ou surdez nas salas de aula, durante o período de avaliações e em outros ambientes que serão necessários, como palestras, seminários, debates, trabalhos em equipes etc.

Os docentes e intérpretes realizarão planejamentos e estudos exercendo a prática pedagógica, para que possam oportunizar os métodos de avaliação que favorecem o aprendizado dose o processo de apropriação do conhecimento por parte dos acadêmicos. Além disso, a instituição tem o objetivo de proporcionar um aprendizado de qualidade para a promoção humana, tornando-os reflexivos e participativos da vida e sociedade. Assim, os intérpretes oferecerão diversas literaturas específicas para auxiliar os docentes. Cabe ressaltar que durante as correções das avaliações escritas, será privilegiado o conteúdo semântico de modo a considerar que pessoas com deficiência auditiva são alfabetizadas de uma forma diferente das pessoas que têm audição dentro da normalidade.

O intérprete mantém um vínculo com as coordenações de cursos, com o objetivo de sinalizar a interação dos acadêmicos durante as aulas, desenvolvimento de trabalhos, e até mesmo a interação entre professores e os demais da comunidade acadêmica. Vale ressaltar que o interprete terá como dever sinalizar qualquer tipo de dificuldade que os alunos surdos apresentarem no decorrer do processo de aprendizagem. Para o surdo, ser membro de uma sociedade própria significa compartilhar experiências próprias da surdez, participar de várias atividades que realiza, sentir-se parte e incluído em um grupo que compartilha das significações de ser surdo (MOURA, 2000; STROBEL, 2008).

Nessa perspectiva, a instituição entende que educar é uma tarefa que envolve saberes interdisciplinares e por isso, percebe que precisa investir no estreitamento de parcerias com a

família das pessoas com deficiência, com profissionais da área de saúde, pedagogos etc. Assim, a Assessoria Pedagógica possui um papel preponderante na instituição acompanhando os alunos que apresentam dificuldades na aprendizagem, proporcionando apoio aos docentes e discentes, na busca de qualificar cada vez mais os processos pedagógicos e contribuir para o avanço na aprendizagem dos alunos.

A Assessoria tem como objetivo zelar pela ética, responsabilidade e sigilo as informações que lhe serão repassadas, bem como compor o Núcleo de Acessibilidade e Inclusão, fazendo-o de apoio no cumprimento das diretrizes institucionais da área.

O presente plano de Acessibilidade contém alguns objetivos a serem alcançados ao longo dos próximos 05 anos, bem como um plano de ação que busca zelar e manter as medidas de acessibilidade já realizadas em período anterior pela IES, bem como determinar as diretrizes para os próximos anos.

2.3. Objetivos de Acessibilidade e Inclusão para os próximos 05 (2017 a 2022) anos, nas dimensões físicas e atitudinais:

1. Expandir suas ações de Acessibilidade, especialmente no âmbito didático-pedagógico e social, a fim de promover a transformação dos valores existentes na sociedade;
2. Promover a permanente adequação física da unidade sede e das unidades de Ensino à Distância já existentes e a serem inauguradas no plano de expansão da IES;
3. Promover a permanente adequação tecnológica no âmbito pedagógico capaz de atender com qualidade, pessoas com deficiência auditiva e visual;
4. Manter a manutenção da ampla acessibilidade na unidade sede, considerando a retirada de barreiras físicas e a manutenção de piso tátil a sinalização, rampas de acesso, vagas de estacionamento, banheiros com barra de apoio e banheiros de uso exclusivo para cadeirantes, dentre outras medidas, em atendimento aos dispositivos legais;
5. Promover cursos e debates sobre a temática da Acessibilidade para professores e alunos;
6. Disponibilizar materiais pedagógicos acessíveis a portadores de deficiências auditivas e visuais;
7. Inserir nos Projetos Pedagógicos de Cursos a questão da Acessibilidade de forma ampla, considerando, principalmente seus aspectos pedagógicos e atitudinais, inserindo tais

questões, inclusive, no perfil do egresso;

8. Adaptar todos os balcões de atendimento e recepção à altura e à condição física de pessoas em cadeira de rodas, conforme estabelecido nas normas técnicas de acessibilidade da ABNT;

9. Desenvolver plano de comunicação anual, prevendo a disseminação do conceito de inclusão no que diz respeito à convivência com as diferenças.

10. Divulgar com mais ênfase para a comunidade acadêmica a existência do serviço de Assessoria Pedagógica;

11. Atender às necessidades dos acadêmicos que possuem deficiência visual, disponibilizando coleção de livros de literaturas em braile, material digital com coleções de audiolivros de literatura, piso tátil e terminal de consulta com os seguintes programas leitores de telas: DOSVOX e MVDA; gravadores de voz, fone de ouvido;

12. Promover o desenvolvimento capacitado para pessoas com deficiência visual, mental e múltipla, bem como às pessoas idosas;

13. Expandir a manutenção e melhorias na área especial para embarque e desembarque de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida,

14. Promover melhorias na sinalização ambiental para orientação; divulgação, em lugar visível, do direito de atendimento prioritário das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida;

15. Capacitar os funcionários do técnico-administrativos para atender aos alunos com necessidades especiais;

16. Favorecer o desenvolvimento de políticas de gestão que interferem na vida acadêmica do aluno com necessidade educacional especial;

17. Propiciar uma capacitação docente de forma continuada;

18. Manter e melhorar de forma contínuas de comunicação sobre o programa de acessibilidade para a comunidade externa e interna, bem como na forma de divulgação das análises dos resultados do processo de autoavaliação institucional e das avaliações externas para a comunidade acadêmica, para que a acessibilidade nas comunicações seja garantida;

19. Utilizar o símbolo internacional de acesso, símbolo internacional de pessoas com deficiência visual, símbolo internacional de pessoas com deficiência auditiva/surdez em todos os documentos e site da instituição;

20. Melhorar todos os locais físicos da instituição, bem como em todo os mobiliários para

atender a acessibilidade;

21. Formalizar as normas institucionais sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados com deficiência (Art. 24, Decreto 5.296/2004);

22. Formalizar nos documentos institucionais as normas sobre o tratamento a ser dispensado a professores, alunos, servidores e empregados portadores de deficiência, com o objetivo de coibir e reprimir qualquer tipo de discriminação, bem como as respectivas sanções pelo descumprimento dessas normas;

23. Refazer o compromisso formal de forma institucionalizada no caso de vir a ser solicitada e até que o aluno com deficiência visual e deficiência auditiva conclua o curso;

24. Aprimorar a política de atendimento aos princípios da Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. (Lei n. 12.764/2012).

3. ASSESSORIA PSICOPEDAGÓGICA

Lucarelli (2002) apresenta o grande desafio que vive a instituições de ensino superior de hoje, apontando a necessidade de se buscar possíveis modalidades alternativas para o enfrentamento as crises de hegemonia, legitimidade e institucionalização que a universidade se vê submersa. Para que haja essa compreensão da real dimensão da didática no processo de ensinar e aprender é necessário formação por parte dos docentes universitários, desta forma, a assessoria pedagógica universitária se faz presente como um dos recursos possíveis aos que a Instituição pode acudir para empreender processos de transformação no campo do ensino. É possível sustentar que “a eficiência de uma instituição educativa se mede especificamente pelo grau em que é capaz de produzir mudanças no comportamento dos indivíduos que são colocados ou se põe a seu cargo” (Fernandez, 1982). é possível observar que a formação exigida para os docentes universitários tem sido restrita ao conhecimento específico da disciplina a ser ensinada. Sendo esse um conhecimento prático, decorrente do exercício profissional, ou um conhecimento teórico, oriundo do exercício acadêmico, pouco ou nada tem sido exigido dos docentes em termos pedagógicos. Nessa direção, podemos inferir que a graduação tem sido mantida por docentes titulados, cada vez mais jovens na carreira docente, que possuem expressiva bagagem de conhecimentos específicos, porém, com pouca preparação pedagógica.

O principal papel do assessor pedagógico é oferecer acompanhamento pedagógico completo a instituição, assegurando eficiência na utilização das soluções educacionais, bem como nos diversos aspectos relacionados ao desenvolvimento das instituições de ensino; como formador, compete-lhe oferecer formação continuada aos docentes, com temas educacionais atuais e relevantes, que permitam a reflexão sobre as práticas pedagógicas de gestores, coordenadores e professores e como transformador, sua atuação deve permitir e estimular a pergunta, a dúvida, a crítica, a criatividade e a inovação, ou seja, deve promover questionamentos que ajudem o professor a ser reflexivo e crítico em sua prática para poder atuar nas mais diversas situações vivenciadas com os discentes.

No caso do psicopedagogo institucional, a atuação é feita nas escolas, identificando os alunos que apresentam dificuldades em sala. "O profissional pode fazer uma intervenção individualizada, verificar o perfil do aluno e ver se ele é condizente com a metodologia adotada na escola." A aprendizagem deve ser olhada como a atividade de indivíduos ou grupos humanos, que mediante a incorporação de informações e o desenvolvimento de experiências, promovem modificações estáveis na personalidade e na dinâmica grupal as quais revertem no manejo instrumental da realidade.

4. PLANO DE AÇÃO

Para que as diretrizes estabelecidas neste plano possam ser implementadas, a instituição criou em 2017 o Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Assessoria Psicopedagógica, o qual já vinha atuando de forma não regulamentada com atendimentos aos professores e alunos e com a abertura do curso de Pedagogia em 2018 as atividades voltadas a psicopedagogia se tornaram mais efetivas. e a cada ano, construir um plano de ação coerente com as necessidades e demandas apresentadas e respeitando as capacidades financeiras e de recursos para operacionalizá-lo.

Para o ano de 2019, estão previstas as seguintes ações:

2019				
AÇÃO	MARÇO	JUNHO	AGOSTO	Outubro
FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A	Desenvolver junto aos professores			

INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES ESPECIAIS	discussões sobre o tema inclusão com vistas ao desenvolvimento de postura comuns e ações que favoreçam a preparação dos graduandos.			
SEMINÁRIO PEDAGÓGICO “A INCLUSÃO NA FATEB”.		Discutir projetos que serão desenvolvidos com os alunos de NEE.		
CAMPANHA LACRE DO BEM			Estimular os acadêmicos com um projeto solidário, com o objetivo de trocar lacres de alumínio por cadeiras de rodas, para pessoas que não tem condições de adquirir	
PALESTRA APRESENTADA POR UM DEFICIENTE FÍSICO DA INSTITUIÇÃO.				Compartilhar com os acadêmicos da IES sobre os desafios e obstáculos vencidos, por um acidente, o qual deixou o indivíduo

				paraplégico. E que, a deficiência não é um impedimento para alcançar os sonhos. Afinal, somos todos diferentes, mas temos o igual direito à dignidade.
--	--	--	--	---

5. FORMAS DE ATENDIMENTO

A Assessoria Psicopedagógica, presta atendimento personalizado com os acadêmicos da instituição e/ou responsável, nas terças-feiras das 19h às 22h30. Podendo ser agendado com a secretária da instituição e/ou com os coordenadores dos cursos.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade bem como o atendimento psicopedagógico tornaram-se imprescindíveis para esta instituição, uma vez que direito e igualdade é para todos. A acessibilidade é vista como um direito difuso, temos como missão oferecer a melhor infraestrutura e respeito aos acadêmicos portadores de NEE. Este plano buscou traçar algumas diretrizes, as quais muitas delas já estão plenamente implementadas, considerando especialmente a acessibilidade física na estrutura que atende os acadêmicos dos cursos presenciais bem como nos cursos em EaD. Porém, deverá sofrer melhorias no seu escopo e modificações a cada ano, em especial, nas ações inclusivas no âmbito pedagógico e atitudinal junto à comunidade acadêmica. Novas demandas poderão surgir e a partir delas, novos planos de ação serão elaborados para atender as necessidades das equipes discente e docente.

6. SÍMBOLOS E SIGNIFICADOS

6.1 AUTISMO



Cor azul e quebra cabeças são elementos ligados à conscientização sobre o TEA

O Transtorno do Espectro Autista é uma condição que acomete cerca de 70 milhões de crianças e adultos no mundo todo segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS). A mobilização de pais, profissionais de saúde e cuidadores para promover uma melhor qualidade de vida para os portadores deu início a organizações, instituições e também a símbolos ligados aos transtornos. Os quatro principais são:

Cor azul

Representa a maior incidência de casos no sexo masculino. Dados da OMS apontam que os meninos representam 80% do total de crianças diagnosticadas com TEA. Por isso, o azul costuma estar presente em iniciativas sobre os distúrbios como a iluminação com luz azul de prédios e monumento em 02 de abril, o Dia Mundial de Conscientização do Autismo.

Símbolos representam a diversidade de expressões do espectro autista.

Quebra cabeça

Representa a complexidade dos transtornos que foram o espectro autista. O logotipo da peça de quebra-cabeça foi usado pela primeira vez em 1963 e foi popularizado pela entidade norte

americana Autism Speaks (link <https://autismspeaks.org>). Eles o usam para simbolizar a ideia de que pessoas autistas são difíceis de compreender (como um quebra-cabeça).

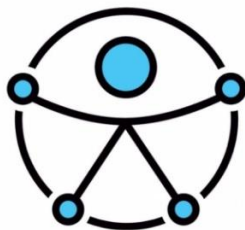
Fita de conscientização

A fita do quebra-cabeça foi adotada em 1999 como o sinal universal da conscientização sobre do autismo. As peças em diferentes cores representam a diversidade de pessoas e famílias que convivem com o TEA. As cores fortes representam a esperança em relação aos tratamentos e ao acolhimento dos portadores pela sociedade em geral. É muito usada para identificar locais onde pessoas com TEA são bem-vindas.

Logotipo da neurodiversidade

O sinal do infinito nas cores do arco-íris foi colocado como uma alternativa para o quebra-cabeça. O logotipo celebra a diversidade de expressões dentro do espectro e é um motivo comum no movimento de inclusão das pessoas com TEA.

6.2 ACESSIBILIDADE



Uma figura simétrica conectada por quatro pontos a um círculo, representando a harmonia entre o ser humano e a sociedade, e com os braços abertos, simbolizando a inclusão de pessoas com todas as habilidades, em todos os lugares.

6.3 SURDOS



Esse símbolo normalmente é visto em locais que oferecem acessibilidade, algum tipo de ajuda ou acesso especial para deficientes auditivos. Também pode ser usado para identificar uma pessoa com deficiência auditiva



Símbolo Telebobina (aro magnético)

Símbolo utilizado para indicar que o local possui um sistema de aro magnético instalado. Dessa forma, basta colocar o seu aparelho no modo “T” (telecoil) e o sistema de som do ambiente será transmitido diretamente para o seu aparelho auditivo ou implante coclear.

Locais com esse sistema são praticamente inexistentes no Brasil, mas em outros países é possível encontrá-lo em cinemas, teatros, igrejas, museus, trens, táxis e caixas de lojas.



Símbolo de Sistemas de Audição Assistida

Indica que no local há alguma forma de tecnologia que fornece acessibilidade para deficientes auditivos, seja na forma de sistema FM, telebobina ou alguma outra opção que transmita o som diretamente para o aparelho do usuário. Por exemplo: museus que oferecem audioguias para

ouvintes, também podem oferecer aparelhos portáteis especialmente para quem usa aparelho auditivo ou implante coclear. Este símbolo também pode vir acompanhado com o “T” do telecoil.



Símbolo de Língua de Sinais

Indica que o evento, palestra, filme ou visita guiada conta com intérprete de Língua de Sinais. No Brasil, também é comum encontrar este símbolo em alguns sites que oferecem um tradutor de português para Libras.



Closed Caption (legendas ocultas)

Esse símbolo indica que a programação televisiva ou um vídeo possui legendas ocultas que podem ser ativadas. Esse símbolo pode ser visto em programas de TV, caixas de DVDs ou em vídeos na internet. No Brasil, todo aparelho de TV à venda deve possuir um receptor de legendas ocultas e todos os canais abertos são obrigados a transmitir legendas em sua programação. Ainda não há legislação para vídeos na internet.



Opened Caption (legendas visíveis)

As legendas visíveis são aquelas legendas que já vêm no vídeo e não podem ser desativadas. São as legendas que costumamos ver em filmes estrangeiros transmitidos em cinemas e canais de televisão. Também é possível encontrar esse tipo de legenda em filmes nacionais com sessões voltadas para deficientes auditivos, propaganda política ou vídeos mudos feitos para serem assistidos em ambientes públicos (como em ônibus, metrô e elevador). O símbolo em si, é raro de se ver.



Telefone para Surdos (TTY/TDD)

Indica que o local possui um telefone para surdos ou que o serviço (um banco, por exemplo) possui um número que telefone que pode ser utilizado para surdos.

No Brasil existem orelhões com este aparelho, normalmente localizados em locais cobertos, como shoppings.



Telefone com controle de volume

Indica que aparelho de telefone possui um controle de volume amplificado que pode ser usado por pessoas que possuem perda auditiva leve ou moderada.